

Ata da Reunião do Conselho

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA.

Ocorrida aos três dias de agosto de dois mil e cinco, à 08:30h em primeira convocação, e às 09:00h em segunda convocação com qualquer número de Conselheiros presentes, na Sala de Reuniões sito à Rua João Negrão, 169 – Centro, 1º andar, no Hotel San Martin, nesta Capital. Estiveram presentes no período da manhã, os seguinte conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggiotto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Maria Joseane Fronczak da Cunha (Procuradoria Geral do Estado – PGE); Jane Elizabeth Cetenareski (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB); Paulo César Langer (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Giselle Ávila Leal Meirelles (Secretaria de Estado da Educação – SEED); Celeste M. de Oliveira Ribeirete (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Denise R. Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Lenir Aparecida Mainardes da Silva (Secretaria de Estado do trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Maria Leonor Zanella (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Manuel Nunes da Silva Neto (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Elza Maria Campos (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP); Terezinha Corrêa Maciel Barbosa (Associação Proteção Maternidade Infância - APMI). Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS); Antonio José Portes Junior (Centro Espirita Manoel Figueira Netto); Antonia Maria Druzian Garcia (Ação Social do Paraná – CTBA); Denize Diniz (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Guarapuava); Jaime Bonato (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Dois Vizinhos); Terezinha de F. Inocente Bitencourt (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Bela Vista do Paraíso); Eva Marlene Munhoz Losano Leonel (Associação Comunitária para Des. Da terceira Idade - ACODETI); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (Assoc. dos Funcionários Públicos Municipais de Jacarezinho); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Angela Carvalho

Kotsubo (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE- de Paranavaí); Terezinha Corrêa Maciel Barbosa (Associação Proteção Maternidade Infância - APMI de Ourizona); Cidinéia Aparecida Moreira (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS); Maria Aparecida Melo M. Tamparowsky (Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar Assis Chateaubriand); Salete Tubiana dos Santos (Sind. dos Empregados do Comércio – Foz do Iguaçu). Estiveram presentes no período da tarde, os seguintes conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggiotto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Paulo César Langer (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Giselle Ávila Leal Meirelles (Secretaria de Estado da Educação – SEED); Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Denise R. Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Lenir Aparecida Mainardes da Silva (Secretaria de Estado do trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Manuel Nunes da Silva Neto (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviços Social – CRESS); Antonio José Portes Junior (Centro Espirita Manoel Figueira Netto); Antonia Maria Druzian Garcia (Ação Social do Paraná – CTBA); Denize Diniz (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Guarapuava); Jaime Bonato (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – Dois Vizinhos); Terezinha de F. Inocente Bitencourt (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Bela Vista do Paraíso); Eva Marlene Munhoz Losano Leonel (Associação Comunitária para Des. Da Terceira Idade Acodeti); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Jacarezinho); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Angela Carvalho Kotsubo (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Paranavaí); Therezinha Correia Maciel Barbosa (Associação Proteção Maternidade Infância – APMI de Ourizona); Cidineia Aparecida Moreira (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS); Maria Aparecida Melo M. Tamparowsky (Programa de Voluntariado Paranaense – Provopar); Salete Tubiana dos santos (Sind. Dos Empregados do Comércio – Foz do Iguaçu). A presidente Terezinha, saudou e deu as boas vindas a todos e iniciou a reunião apresentando e dando boas vindas também à funcionária da Secretaria Executiva dos Conselhos, Paola, que à partir desta reunião estará auxiliando o Conselho no acompanhamento e tratamento em suas necessidades diárias. Ainda, agradeceu a

colaboração da funcionária Marli, que se desligou da Secretaria, pelo tempo de trabalho e pela sua colaboração no período em que atuou.

1. Aprovação da pauta;

Em seguida, a presidente Terezinha submeteu a pauta a aprovação da plenária, tendo em vista que alguns assuntos, como o processo de aquisição de equipamentos de informática para Conselhos Municipais, poderá ser direcionado à Comissão do Fundo e sobre a análise do orçamento de 2006, acerca das ações para a Política Estadual de Assistência no exercício, onde foi entendido que essa discussão realizou-se em cada Comissão e que não poderá ser aprovada antes de discutir-se toda a demanda que foi levantada nesse orçamento, para atendimento. A conselheira Denise relatou que dois pontos de pautas são importantes: primeiro, a aquisição dos computadores, porque o processo já havia sido elaborado e votado na reunião anterior. Sendo assim, a mesma informa que, dependendo do valor do pregão, será feita a relação dos critérios de seleção. Explicou que para a aquisição é necessário a indicação de rubrica e de recurso financeiro existente pelo Setor de Planejamento da SETP, parecer de legalidade de todo o processo e parecer técnico indicando o que é necessário para funcionamento dos Conselhos Municipais, pela Assessoria Jurídica, e implantação do sistema de informação de monitoramento e avaliação. Outro item, será a discussão da proposta orçamentária para exercício de 2006. Portanto, a mesma posiciona como importante haver um filtro das prioridades, tendo em vista a possibilidade de ocorrência de cortes no orçamento. Foi analisado, também, uma planilha da política do desenvolvimento e atenção ao idoso para que o Conselho de Direitos do Idoso, que é vinculado à SETP, possa visualizar os gastos e fazer um controle mais efetivo. Essa proposta está inserida nos eixos de proteção social básica, proteção social especial e o reordenamento da rede prestadora de serviço, com cofinanciamento do Estado em relação aos abrigos, que são de alta complexidade bem como a instalação de alguns "centros dia" que tem todo o indicativo de atendimento na média complexidade. O que ficou fora do orçamento foi a capacitação da equipe técnica e a manutenção, pagamentos das taxas, salários, despesas de diárias, combustível, que entra numa rubrica chamada "manutenção da SETP (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social)" e são despesas vinculadas à Diretoria Geral, que faz o ordenamento de todas as despesas administrativas. Relatou, também, ter analisado junto à presidente Terezinha, sobre a

possibilidade de mudança da data da reunião ordinária do dia primeiro e dois de setembro, para dia vinte e cinco e vinte e seis de agosto, tendo em vista prazo para entrega do planejamento orçamentário até o dia 30 de agosto. Os conselheiros posicionaram-se contrários a essa possibilidade. Outro assunto discutido refere-se ao Portal de Inclusão, onde foi posicionado que o tema foi analisado pelas comissões e que os conselheiros já levaram para discutir com seus órgãos e suas regionais é o instrumento de funcionamento do portal. A presidente Terezinha reforçou as sugestões da conselheira Denise, para aprovar a pauta, onde propôs primeiramente focar nos relatos das Comissões e, pela tarde, seria discutido em plenária o resultado do estudo aprofundado sobre o orçamento, onde cada conselheiro poderia analisar individualmente. A segunda proposta seria fazer a aprovação da pauta e em seguida a apresentação do orçamento em tela. Após a apresentação, com o conhecimento mais amplo, as comissões se reuniram. A terceira proposta seria reunir as comissões, para considerações preliminares e reunião com todos os conselheiros no dia vinte e cinco de agosto. O conselheiro José Cícero expôs que, como não haveria necessidade de se aprovar no dia de hoje, seria importante a explanação, tendo em vista que as Comissões teriam uma visão mais estruturada sobre o assunto. A proposta do Conselheiro foi aprovada por unanimidade e, portanto, será feita uma explanação no Conselho, iniciando pela apresentação da conselheira Denise. Pauta APROVADA.

2. Aprovação da Ata;

Prosseguindo com a reunião, a presidente Terezinha submeteu a ata para aprovação, a mesma foi APROVADA com as devidas correções apontadas.

3. Processo de aquisição de computadores para CMAS;

A Conselheira Denise relatou que a verba para aquisição desses equipamentos provem de gestões anteriores, como doação casada e vinculada a um objeto de utilização, de valor razoável e não atendia às necessidades dos municípios. Esses recursos dependem de Decreto Governamental ou autorização da Assembléia Legislativa. Posteriormente, é encaminhado para a Secretaria de Planejamento e segue trâmites específicos dentro de órgãos afins, que demandam de, no mínimo, três meses de tempo. A conselheira Cidinéia questionou a possibilidade de não se estar abordando devidamente os Conselhos Municipais para posicionamento com relação à suas estruturas de informática. A presidente Terezinha relatou que o pedido de preenchimento da pesquisa enviada aos CMAS foi redigida corretamente e os Conselhos Municipais deverão

entender que haverá critérios de seleção para atendimento efetivo.

.4. Análise do Orçamento 2006 e discussão acerca das ações para a Política Estadual de Assistência Social no Exercício 2006. Anexo I.

A conselheira Denise iniciou a apresentação, citando o FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social), onde o objetivo é cumprir o dispositivo da Lei nº 11.362 de 12/04/96, regulamentado pelo Decreto nº 2215/96, que tem por finalidade destinar recursos para atendimento, apoio técnico e financeiro aos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social e enfrentamento da pobreza, tendo sua gestão sobre orientação do Conselho Estadual de Assistência Social, com assessoramento técnico e gerencial da SETP, através dos seguintes eixos de intervenção:

a) Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade: que complementa ações e serviços de referência regional que implicam em maior complexidade e exigem a intervenção da esfera estadual por ausência de demanda ou por precariedade no processo de gestão por um único município; Promover relações interpessoais, interorganizacionais e setoriais, mediante elaboração e execução conjunta de Planos Estaduais Interinstitucionais; Assessorar técnica e financeiramente os municípios no desenvolvimento de ações e voltadas à implementação da Política de Assistência Social destinadas aos indivíduos em situação de risco pessoal e social; Estimular ações que promovam a integração familiar e comunitária, ampliando as condições de cidadania; Fomentar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social voltados ao público em situação de risco.

b) Política de Desenvolvimento ao Idoso: Desenvolver ações de proteção social básica e especial; de aprimoramento da gestão e de reordenamento da rede prestadora de serviços sócio – assistências à população idosa em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

c) Aprimoramento da Gestão: Desenvolver ações voltadas ao incremento da capacidade gestora, monitoramento, controle e avaliação da Política da Assistência Social; Promover capacitação sistemática e permanentes dos atores da Política Pública de Assistência Social para assegurar a melhoria da gestão, considerando todas as instâncias do sistema descentralizado e participativo, bem como as realidades regionais e locais; Primar pelo fortalecimento dos conselhos, conferências e fóruns de assistência social como espaços de democratização, negociação de consensos e controle da gestão. Incrementar uma política de interfaces com outros setores das Políticas Públicas.

A representante da CEP/SETP – Coordenadoria de

Enfrentamento à Pobreza, Sra. Zélia, relatou as ações da respectiva área voltada para a segurança alimentar sustentável e enfrentamento à pobreza, onde apresenta projetos e atividades que atuam sobre as causas da exclusão social manifestas na fome, gerando oportunidades solidárias de trabalho e renda, implementação de ações e serviços de acesso aos alimentos, com perenidade e qualidade, pelo estímulo a sua produção agroecológica pela agricultura familiar. Estímulo à parceria do governo com a sociedade civil organizada, incentivando a mobilização e participação social e o controle social sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional. Relatou ainda que há uma indicação de previsão de recursos para as conferências regionais de segurança alimentar e nutricional que, embora já esteja lançada, será incluída no plano orçamentário do próximo ano. Comunicou, também, que a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional está prevista para fevereiro/2006, em função do encerramento do mandato dos conselheiros do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional). Porém, pelo fato de que o orçamento para 2006 disponibiliza recursos somente após o mês de Março/2006, está-se revendo a possibilidade de adiar a conferência para Março ou Abril/2006. Expôs, ainda, que estarão negociando a questão com a Diretoria Geral para efetivamente estabelecer-se as datas para a realização das Conferências Regionais e, posteriormente, a Conferência Estadual de Segurança Alimentar. A conselheira Denise complementou que é importante relatar sobre a produção solidária de alimento que promove a articulação produtiva, o que vem sendo tratado também no CONSEA, com a finalidade de definir critérios para oficialização nos municípios. Outro assunto exposto pela conselheira Denise, foi que os abrigos para pessoas com deficiência, transtorno mental de altíssima complexidade, tem relação com o atendimento à saúde e abrigo, ao trabalho com a família, sendo atribuição da Assistência Social. Então, foi separado em duas previsões de financiamento: a primeira é voltada para aquele cidadão que tem família, mais que sua condição de deficiência e transtorno não pode ser mantida pela família, a família ainda buscando internamento judicialmente. Então, é melhor subsidiar essa família no sentido que ela possa ter alguém contratada em casa para prestar esse atendimento, O médico do programa "saúde da família" fazendo acompanhamento, cedendo inclusive equipamentos em casa. Essas famílias teriam repasses de uma bolsa de valor inicial de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Esse

projeto conta com 300 famílias em seu início. Está sendo elaborado SETP, em conjunto com o IASP (Instituto de Ação Social do Paraná), um esboço de projeto de lei para encaminhar para análise da Casa Civil e, posteriormente, à Assembléia Legislativa. A conselheira Vera relatou ser importante o levantamento das famílias com as características para o projeto, porque a maioria, nesses casos, tem família. A conselheira Denise continuou a apresentação relatando que essa ajuda é para as famílias com renda inferior a ¼ de salário mínimo pelo critério do BPC (Benefício de Prestação Continuada), mas que não recebem esse benefício. A Conselheira Denise complementou explicando que os incapazes citados para inclusão do projeto são aquelas pessoas que tem incapacidade para a vida diária, sendo totalmente dependentes. A conselheira Giselle comentou que isso pode gerar uma contradição em termos de políticas destinadas a esse segmento por terem valores diferenciados. A conselheira Denise continuou a apresentação relatando sobre o dia nacional de combate à violência sexual da criança e do adolescente no dia 18 de maio, onde é realizada uma mobilização em todas as regiões para a sensibilização. Citou que, embora as ocorrências tenham aumentado, a população em geral tem pouca visibilidade desse fato. Citou, também, a mobilização da erradicação do trabalho infantil, no dia doze de junho, num conjunto de ações articuladas nos trezentos e noventa e nove municípios, com a elaboração de um material educativo para as campanhas. A Presidente Terezinha relatou que pela exposição da Denise e pelo trabalho que a Comissão fez, o entendimento ficou claro e contemplou esclarecimentos sobre todas as situações dos envolvidos com a Assistência Social nos municípios e do Estado.

5. Relatório da conselheira Giselle (SEED) sobre o processo 8.389.878-0, referente ao atestado ou declaração de pobreza e orientação aos Núcleos de Educação sobre a não obrigatoriedade da carteira de identidade no ato da matrícula escolar – levantamento da SEED na Rede Escolar. Anexo II.

Relatou sobre o Ofício Circular nº 350/04, que define a obrigatoriedade da cédula de identidade no ato da matrícula escolar. O mesmo tem o objetivo de esclarecer os questionamentos suscitados quanto ao cumprimento da Lei Estadual nº 14.424/04 (DOE de 03/06/04), que trata da apresentação obrigatória de cédula de identidade por parte de alunos do Sistema Estadual de Ensino no Ato da Matrícula, e solicitam que os NREs (Núcleos Regionais de Educação) alertem as Direções dos Estabelecimentos de Ensino sobre sua jurisdição quanto aos procedimentos

necessários para a garantia de acesso ao ensino a todos os alunos. Enquanto se aguarda a regulamentação da citada Lei nº 14.424/04, não poderá haver nenhum impedimento à matrícula de alunos pelos estabelecimentos de ensino devido à não apresentação da cédula de identidade e não caberá à escola emitir nenhum tipo de declaração, comprovante de renda ou atestado de pobreza, para a solicitação da cédula de identidade e, ainda, os pais deverão ser encaminhados às entidades de assistência social competentes para obterem a declaração necessária. A presidente Terezinha citou que duas entidades, Associação Amerius e Associação do Cruzeiro do Oeste, entregaram suas solicitações de ampliação de prazos na discussão de serviço na creche e educação, considerando que a SEED (Secretaria Estadual de Educação) encaminhou aos municípios uma documentação dizendo que tem até o ano de 2007 para fazer essa transição e a assistência até outubro. Então, a mesma disse que seria ponto de pauta para discussão na próxima reunião do CEAS. O conselheiro Manoel diz entender a preocupação com relação à cidadania. O mesmo posiciona que a garantia do direito da escola, direito ao documento, é garantido por Lei, no artigo terceiro do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e esclareceu que a pessoa que necessita desse documento deve procurar os órgãos que lhe garantam o direito como cidadão. A conselheira Denise sugeriu o envio de ofício para a Secretaria de Educação, onde poderia ser incluída a informação sobre a abolição da exigência de atestado de pobreza para concessão de qualquer benefício dentro da política. A minuta deverá ser elaborada pela Joseane representante da Procuradoria Geral do Estado que já faz toda a interação com ações voltadas para o cumprimento da legislação.

6. Análise do instrumento de funcionamento do Portal da Inclusão. A conselheira Denise relatou que não reproduziram o instrumento porque já foi distribuído na reunião anterior. Trata-se de uma instrução normativa que detalha a constituição e o funcionamento de um serviço que tem denominação de "Portal de Inclusão", mas que é destinado ao atendimento, através de serviço de referência regional para a população itinerante, com uma modalidade ampliada em relação aos atuais serviços ofertados nos albergues. A mesma detalha quais as atividades a serem desenvolvidas, equipe mínima, fluxo de funcionamento sistemático e o financiamento que o Governo do Estado dará, porque eles só atendem a compra de equipamentos, pagamentos do pessoal, piso de manutenção mensal e reestruturação de espaço físico. A proposta é implantação

de dois "Centros Dia" neste ano e três para o ano de dois mil e seis, cobrindo os cinco pólos de migração do Estado, segundo o mapa do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). A presidente Terezinha, relatou que realmente todos tiveram tempo para analisar o documento detalhadamente, porém não o fizeram o que torna difícil dar continuidade à discussão. A conselheira Denise comentou que gostaria de tentar um encaminhamento e volta a citar que é uma instrução nos moldes do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) que expõe qual é o espaço mínimo necessário, equipe de potenciais profissionais vinculados, que atividades básicas que deveriam estar sendo prestadas e fluxo de integração e encaminhamento com resto da rede de proteção naquela localidade. Propõe, em virtude de algumas situações, que a prioridade da reunião seja fazer o detalhamento do orçamento e, em seguida, o Conselho aprove, com a ressalva de que não foram efetuados os apontamentos para inclusão, em tempo, no documentado, mas que no decorrer do processo apontariam as alterações necessárias. A deliberação poderia autorizar a SETP a iniciar, com base nesse documento, as negociações e ações para a implantação nos municípios previstos. A Conselheira Denise esclareceu que a população itinerante não é encaminhada por nenhum município. Ela chega em uma cidade sem recursos e obrigatoriamente ela será atendida nesse mesmo município. Hoje, o que existe são albergues que se utilizam do critério em que a pessoa só pode permanecer durante três dias e a mesma é responsável pelo resgate da sua autonomia, sendo que hoje a instituição não tem a estrutura necessária. É preciso que a entidade ofereça atendimento básico como alimentação, moradia e saúde. Outro passo é verificar toda a documentação e fazer o encaminhamento para os órgãos responsáveis. Ao mesmo tempo terá que se identificar a origem dessas pessoas, que local elas tem referências, quais são os seus potenciais, que experiências já tiveram profissionalmente e quais seus vínculos. Para esse ano, há previsão de implantação de dois locais para abrigamento, com a análise do relatório de dois municípios pólos que já se adiantaram e enviaram no ano passado um projeto, onde os mesmos já se adequaram. A primeira é a cidade de Curitiba e Região Metropolitana. A segunda é a cidade de Ponta Grossa com o entroncamento das rodovias. O terceiro é o eixo Londrina/Maringá e o quarto é o eixo Cascavel/Foz de Iguaçu. Para o ano de 2006 está previsto mais três centros, sendo que a regiões a serem instados, está em caráter de discussão / aprovação. A presidente

Terezinha relatou a importância da implantação deste trabalho e sugeriu fazer o encaminhamento da proposta da conselheira Denise, onde a SETP poderá dar continuidade na negociação fazendo a deliberação. O Conselho aprovou a implantação desses dois serviços nessas regiões. A proposta foi APROVADA.

7. Discussão de estratégias para o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social;

A presidente Terezinha relatou que todos tem o conhecimento da exigência da habilitação dos municípios e que neste momento estão sendo realizadas Conferencias Municipais, onde o Conselho foi eleito de acordo com a Lei no início da Gestão Municipal. Nem sempre há o entendimento de como o Conselho tem que ser formado. Então, a mesma relata valer a pena retomar uma discussão bem aprofundada, até mesmo focando a atualização das Leis em vigor, ten